

5.1.**George W. Bush e a Arrogância da Superpotência**

Como já fora apontado no capítulo anterior, a Doutrina Clinton do “Engajamento e Expansão” foi capaz de fornecer uma retórica que, além de justificar interna e externamente as ações dos EUA na ordem do pós-Guerra Fria, permitiu a dissimulação da unipolaridade norte-americana. Não obstante, o que era uma forma eficiente de ocultar a dominação estadunidense, foi percebida pelos republicanos como demonstração de fraqueza.

Nesse sentido, se, na falta de uma ameaça externa no pós-Guerra Fria, Bill Clinton considerava importante buscar consensos entre as grandes potências e forjar uma retórica que servisse de justificativa às ações norte-americanas no sistema internacional com vistas a preservar a supremacia dos EUA, o governo de George W. Bush certamente não compartilhava dessa visão.

A vitória dos republicanos na eleição presidencial norte-americana em 2000 retira os democratas do poder após oito anos de Casa Branca. Ao vencer o candidato democrata, Al Gore, após uma conturbada eleição, George Walker Bush tornou-se o terceiro presidente dos Estados Unidos após o fim do confronto bipolar.¹

Juntamente à alternância de partido, mudou-se também a forma pela qual a política externa norte-americana seria executada. Esta mudança, por sua vez, restringia-se ao padrão tático, uma vez que o guia da política externa norte-

¹ Embora Al Gore tenha vencido, por mais de 500 mil votos, a eleição na contagem dos votos populares, George W. Bush ganhou as eleições após vencer a disputa no colégio eleitoral com 271 votos contra 267 dos democratas. Ainda assim, sob suspeita de fraudes na contagem de votos no estado da Flórida, a eleição só foi realmente decidida após a decisão da Suprema Corte Federal (por 5 a 4), que suspendeu a recontagem manual de votos na Flórida. Mais informações, ver PECEQUILLO, S. C. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 369.

americana no pós-Guerra Fria permaneceria a mesmo: preservar a primazia dos Estados Unidos.

Desde o início da administração, George W. Bush pôs em prática uma política externa cuja mensagem era clara: os Estados Unidos eram a superpotência incontestada, logo, não necessitavam perder tempo forjando alianças e angariando apoio para suas ações. Para sustentar a primazia norte-americana, portanto, o governo de George W. Bush não teria pudor em agir unilateralmente sempre que considerasse necessário confrontar potenciais adversários e aumentar ainda mais o poderio militar norte-americano para preservar a *Pax Americana*. (Rice, 2000).

Durante a campanha presidencial, George W. Bush já havia exposto suas divergências em relação à política externa levado a cabo pelo governo Clinton. As críticas à política externa democrata foram consubstanciadas num artigo escrito no início de 2000, na revista *Foreign Affairs*, pela assessora do candidato republicano para assuntos de Segurança Nacional, Condoleezza Rice. Curiosamente, enquanto ao longo da campanha, Bush defendia uma política externa que projetasse uma imagem de uma “América mais humilde, sem arrogância,”² o artigo de Rice parecia indicar o contrário.

A assessora para assuntos de Segurança Nacional deixou claro que, caso eleito, o governo republicano poria em prática uma política externa mais assertiva, que visasse a atingir os interesses nacionais dos Estados Unidos, independentemente dos meios utilizados para tanto. Na realidade, o artigo de Rice já sinalizava na direção da observação feita pelo democrata Bob Dole em 1995, a qual ressaltara que, caso os republicanos assumissem a Casa Branca, eles praticariam “uma versão mais pura da estratégia da Primazia”, indo além da administração Clinton. (1995, p. 29-43).

Diferentemente de Clinton, a administração Bush - a princípio - não se preocupou em forjar uma retórica para dissimular suas ações. Pelo contrário, mesmo antes de assumir a presidência, Bush criticava o exercício da “hegemonia benigna” levada a cabo pela administração democrata.

² "Our nation stands alone right now in the world in terms of power. And that's why we've got to be humble and yet project strength in a way that promotes freedom [...] If we are an arrogant nation, they'll view us that way, but if we're a humble nation, they'll respect us." (Hirsh, 2003, p.23).

Na visão republicana, os democratas haviam caído numa “pactomania comercial” e transformado a defesa do multilateralismo e das instituições internacionais num objetivo em si mesmo, em vez de subordiná-las aos interesses nacionais do país: “...multilateral agreements and institutions should not be ends in themselves [...] the Clinton administration has often been so anxious to find multilateral solutions to problems that it has signed agreements that are not in America's interest.” (Rice, 2000, p. 45).

Curiosamente, enquanto na maioria das vezes Clinton via nas instituições internacionais um instrumento que ajudava a preservar a unipolaridade dos Estados Unidos, Bush as via como entraves para o exercício do poderio da América. Para a administração republicana, os EUA encontravam-se numa posição privilegiada no pós-Guerra Fria. Por isso, a “política externa dos Estados Unidos devia ser formulada levando-se em consideração sua extraordinária posição no sistema internacional.” Destarte, diferentemente de outros países, ao buscar o “interesse nacional”, os norte-americanos deveriam se preocupar menos em forjar consensos com outras potências e obter o beneplácito de instituições internacionais, do que em defender seus interesses. (Rice, 2000).

Na verdade, Clinton e Bush apresentam duas visões distintas sobre como preservar a primazia dos Estados Unidos. Não obstante, como visto no capítulo anterior, cumpre ressaltar que, apesar da retórica e da tentativa de forjar uma política externa cooperativa, o governo Clinton também recorreu ao unilateralismo, ao poder militar e desrespeitou as instituições internacionais sempre que foi necessário para sustentar a primazia dos EUA. Como salienta Hirsh:

“...the Clintonites may have done a better job of papering over transatlantic differences and sounding multilateralist. Clinton fudged U.S. opposition to the ICC and the Biological Weapons Convention, and he deferred far more to European sensitivities over the ABM Treaty. But when the going got tough -- think of Richard Holbrooke at Dayton, or Madeleine Albright at Rambouillet -- the Clintonites could act just as unilaterally as the current Bush team.” (2002, p. 25).

A afirmação é pertinente, na medida em que revela que a tentação unilateral verificada na política externa dos Estados Unidos é anterior à tomada de posse do atual presidente estadunidense – embora a dosagem tenha sido menor na administração democrata. Como já foi mencionado ao longo deste estudo, desde o

fim do confronto bipolar, a nova estratégia da política externa norte-americana é a Primazia. Esta, por sua vez, é uma estratégia do Estado norte-americano.

Logo, a despeito das distintas táticas utilizadas na operacionalização dessa estratégia, certamente nenhum presidente norte-americano medirá esforços para realizar seu objetivo, qual seja, a manutenção da primazia dos Estados Unidos no pós-bipolaridade. Por isso, medidas unilaterais vindas de Washington certamente não resultam de preferências pessoais de George Bush. Independentemente do presidente que estiver no comando da Casa Branca, a América não se furtará em adotar medidas unilaterais ou recorrer ao uso da força sempre que “considerar necessário” para preservar sua primazia. E, diferentemente do período bipolar, o raio de alcance dessas medidas é global, pois no pós-Guerra Fria não há nenhum país ou coligações de países capaz de contrapor o poderio norte-americano.

A administração Bush, por sua vez, fez da exceção uma regra, tornando as ações unilaterais ainda mais recorrentes em seu governo. Assim, se a retórica da administração Clinton ajudava a “mascarar” a hegemonia de Washington e a amenizar o relacionamento com europeus, russos e chineses, a política externa empreendida pelos republicanos deixou de lado o “poder brando” e alterou o *modus operandi* da estratégia da Primazia.

Tratados e compromissos internacionais caracterizados como prejudiciais aos interesses norte-americanos, ou que pudessem tolher a liberdade de ação do país, eram rejeitados ou derogados por Washington. Nas palavras de Fareed Zakaria:

“In its first year the administration withdrew from five international treaties—and did so as brusquely as it could. It reneged on virtually every diplomatic effort that the Clinton administration had engaged in, from North Korea to the Middle East, often overturning public statements from Colin Powell supporting these efforts. It developed a language and diplomatic style that seemed calculated to offend the world.” (2003, p.12).

Com efeito, o governo Bush surpreendeu a comunidade internacional ao pôr em prática uma série de ações unilaterais num período tão curto de tempo, a saber: a expulsão no início de 2001 de diplomatas russos dos EUA, sob acusação de espionagem; a truculência norte-americana ao exigir um pedido de desculpas da China por esta haver apreendido um avião espião americano; a rejeição do Protocolo de Quioto assinado por Clinton; a recusa em assinar o tratado que cria o

Tribunal Penal Internacional; o boicote à Conferência Mundial sobre o Racismo realizada no início de setembro de 2001 em Durban, África do Sul; a rejeição, em julho de 2001, do protocolo de execução da Convenção de Armas Biológicas; o congelamento do processo de aproximação entre as duas Coreias (*Sunshine Policy*); a elevação de barreiras comerciais à importação de aço e a promulgação da lei de subsídios agrícolas (Farm Bill). (Rice, 2000; Hirsh, 2002; Pecequillo, 2003).

Os EUA não sacrificariam seus interesses econômicos de curto prazo para reduzir o aquecimento global, não permitiriam que seus nacionais fossem julgados por um tribunal internacional e não deixariam de construir um escudo antimísseis, mesmo que isso pudesse desencadear uma corrida armamentista. A perda, pela primeira vez, de uma cadeira na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas em maio de 2001, foi uma resposta da comunidade internacional ao unilateralismo exacerbado do governo Bush.

Na realidade, a relação dos Estados Unidos com outras potências, sobretudo com países europeus, já estava estremecida desde o governo de Bush pai.³ Como já foi ressaltado em capítulos anteriores, durante o conflito bipolar, os EUA precisavam da cooperação dos países aliados para pôr em prática a Doutrina da Contenção. Durante a Guerra Fria, as coligações pautavam-se pela permanência, pela estabilidade e, por conseguinte, por um grau elevado de institucionalização. Washington incentivou a construção de alianças bilaterais e multilaterais altamente estruturadas como veículos para proporcionarem segurança coletiva face à ameaça soviética. Havia uma necessidade ideológica, estratégica e psicológica de demonstrar que realmente existia um Ocidente coeso, unificado.

Esta “necessidade”, no entanto, desmoronou junto com o Muro de Berlim e as estátuas de Lênin em Moscou. Após a derrocada da União Soviética, os propósitos estratégicos da aliança ocidental necessariamente teriam de sofrer alterações que espelhassem a nova configuração do sistema internacional, ou seja,

³ Já no primeiro governo Bush (pai), norte-americanos e europeus recriminavam-se mutuamente em relação ao conflito étnico na Bósnia - onde os EUA recusavam-se a intervir e eram criticados pelos europeus. As desavenças intensificaram-se durante o governo Clinton em torno de diversas questões - Guerra da Bósnia, do Kosovo, em relação ao escudo antimísseis, a questões comerciais, ao Tribunal Penal Internacional, entre outras -, entretanto, a retórica empreendida por Bill Clinton foi capaz de amenizar tais divergências. É no segundo governo Bush, contudo, que as divergências chegam ao seu auge, uma vez que os norte-americanos deixam a retórica de lado e passam a

a *Pax* americana. Assim, no pós-Guerra Fria, os Estados Unidos passariam a ditar “quando e como” novas parcerias seriam formadas. As palavras do Secretário de Defesa norte-americano deixam isso muito claro: “The mission must determine the coalition...” (Rumsfeld, 2002, p.31).

A partir de então, os atritos entre norte-americanos e europeus vêm aumentando. Como salienta Kagan: “As atuais tensões transatlânticas não começaram com a posse de George W. Bush em janeiro de 2001, nem depois do 11 de setembro.” (2003, p. 44).

Em contrapartida, seria difícil negar que a forma pela qual George W. Bush tem procurado ampliar a hegemonia norte-americana não tem contribuído em nada para piorar a relação dos EUA com outras potências. Apesar de desentendimentos entre EUA e países aliados já existirem na administração democrata, Clinton não foi unilateral como Bush no que se refere ao tratamento dispensado às grandes potências, incluindo as potências aliadas. Desde o momento em que acedeu ao poder, o unilateralismo da administração republicana tem-se dirigido às grandes potências, e não somente à periferia do sistema internacional. Nesse sentido, o estilo do governo Bush na condução da estratégia da Primazia difere-se do governo Clinton.

O endurecimento da política externa do governo Bush em relação à China ilustra como a mudança na operacionalização da estratégia da Primazia tem causado ressentimento por parte da comunidade internacional. Antes mesmo de entrar na Casa Branca, George Bush prometia alterar a relação entre EUA e China. Em seu governo, esta passaria a ser vista como uma potência que visava a contestar a primazia norte-americana no Leste Asiático. Por isso, ao assumir a presidência, George Bush passou a considerá-la uma “competidora estratégica”, e não mais uma “parceira estratégica”: ⁴

“...China is not a “status quo” power but one that would like to alter Asia's balance of power in its own favor. That alone makes it a strategic competitor, not the “strategic partner” the Clinton administration once called it [...] It is important to

defender seus interesses de forma mais autêntica, tendo em vista sua posição unipolar. (Kagan, 2003).

⁴ É importante lembrar que Carter, Reagan, Bush pai e Clinton agiram de forma semelhante a Bush filho, ou seja, criticaram muito a China no início de seus governos, mas ao longo de seus mandatos, todos mudaram de posição e se aproximaram do país asiático. Além disso, os quatro visitaram a China. O último deles, Clinton, a partir de 1994, deixou de lado uma política de contenção e confrontação com a China, e passou a buscar uma política de maior engajamento e cooperação com o país asiático.

promote China's internal transition through economic interaction while containing Chinese power and security ambitions [...] we should never be afraid to confront Beijing when our interests collide. (Rice, 2000, p. 49).

Além disso, numa provocação direta aos chineses, o Presidente Bush recebeu pessoalmente o Dalai Lama e manteve as negociações para a venda de armamentos a Taiwan. (Pecequillo, 2000). Até mesmo a posterior aproximação entre EUA e China, após os atentados de 11 de setembro, voltou a esfriar devido à decisão norte-americana de atacar o Iraque unilateralmente.

No que tange à Europa, a relação com os EUA, que já se encontrava abalada em razão do *multilateralismo à la carte* empreendido por Bush, chegou ao seu pior momento desde o fim da Guerra Fria logo após os atentados de 11 de setembro. O primeiro desgaste ocorreu com a decisão dos EUA de atacar unilateralmente o Afeganistão, dispensando a ajuda oferecida pelos países aliados – através da OTAN.

A crise na aliança transatlântica, por sua vez, chegou ao estopim após a decisão de Washington invadir o Iraque preventivamente e unilateralmente, sem autorização do Conselho de Segurança da ONU.⁵ Essa decisão estremeceu as relações diplomáticas não somente entre os EUA e algumas potências européias – leia-se França e Alemanha – mas também dividiu a própria Europa – onde franceses e alemães posicionaram-se contra a invasão do Iraque, ao passo que Inglaterra, Espanha, Itália e os países do leste europeus ficaram a favor da guerra. As relações diplomáticas dos EUA com a Rússia e a China, por sua vez, também esfriaram, uma vez que ambos países também se posicionaram contra a invasão norte-americana sobre uma região tão estratégica como o Oriente Médio.

Na realidade, ao recorrerem à guerra, os Estados Unidos acentuaram os efeitos da unipolaridade. Às vésperas da guerra do Iraque, os principais aliados que participaram da “comunidade internacional” da era Clinton viram-se impotentes diante da unilateralismo da superpotência. Assim, apesar de se viver num sistema unipolar desde os finais dos anos 80, a partir de 2001 intensificou-se a discussão sobre a hegemonia americana e suas conseqüências:

“ Even in the area most relevant to the terrorist attacks – foreign policy - the roots of transatlantic differences arguably go back to the fall of communism in 1989-91.

⁵ Os EUA ignoraram a resolução 1441 e atacaram o Iraque unilateralmente. Ante o fracasso de Colin Powell em conseguir passar uma segunda resolução que permitisse a intervenção, os EUA começaram a bombardear o Iraque unilateralmente em Março de 2003.

September 11th did not create these tensions, but it dramatised some of them. The attacks took place at a time when America was governed by an administration already less engaged in Europe than any in recent history..” (The Economist, 2003, p. 7).

Segundo Todd (2003) a política externa unilateral posta em prática por George W. Bush tem negligenciado e humilhado os aliados europeus. As ações norte-americanas, que até então costumavam enfrentar contestações hesitantes somente da França, tem conseguido deixar a Alemanha “irritada” e o Reino Unido, o “fiel dos fiéis”, nitidamente preocupado. Do outro lado da Eurásia, o silêncio do Japão exprime um “mal-estar” crescente, mais que uma adesão incondicional.

Também contrastando com a administração Clinton, o governo de George W. Bush não exerceria mais o papel de “nação indispensável”, seja intervindo em conflitos de pouca importância à segurança norte-americana, seja protagonizando o papel de “intermediador” em conflitos regionais.⁶ O “xerife” global concentraria seus esforços nas questões que dissessem respeito, única e exclusivamente, aos “interesses nacionais” dos Estados Unidos:

“American foreign policy in a Republican administration should refocus the United States on the national interest and the pursuit of key priorities [...] it will also proceed from the firm ground of the national interest, not from the interests of an illusory international community [...] so U.S. intervention in these ‘humanitarian’ crises should be, at best, exceedingly rare.” (Rice, 2000, p. 41).

Nesse sentido, Bush também se diferencia de Clinton. A administração republicana não fez questão de agir como “nação indispensável” na resolução de conflitos internacionais. Assim, não foi por acaso que, desde que assumiu a presidência, o Presidente Bush não tem empreendido maiores esforços para pôr um fim ao conflito israelo-palestino, o que tem, por sua vez, agravado a situação na região.⁷ O problema é que, quando Washington não age, nenhum outro país tem condições de assumir seu papel.

⁶ As palavras de Wohlforth revelam o pensamento da administração Bush: “Maintaining unipolarity does not require limitless commitments. It involves managing the central security regimes in Europe and Asia, and maintaining the expectation on the part of other states that any geopolitical challenge to the United States is futile.” (1999, p. 5-41).

⁷ É importante ressaltar que, embora os EUA tenham criado o plano (2003) nomeado “mapa da estrada” ou “mapa da paz” (Road Map) para tentar mediar o conflito na Palestina juntamente com a Rússia, a União Europeia e as Nações Unidas; o plano norte-americano fracassou devido à falta de entendimento entre israelenses e palestinos e, sobretudo, devido à falta de maior empenho político por parte dos EUA. Para se ter uma ideia, o Presidente Bush foi à região tentar intermediar o conflito uma única vez, dirigindo-se à Jordânia, em junho de 2003. (Powell, 2004). Além disso,

Mesmo assim, muitos ficaram surpresos quando o ex-Secretário Geral da OTAN, George Robertson, ao comparar o poder militar da Europa com o dos EUA chamou o velho continente de “pigmeu militar”. Ao dizer isso, a intenção de Robertson era instar os europeus a gastar mais em aparato militar a fim de, pelo menos, encurtar a distância que separa a Europa da poderosa América.

O fato é que, se a possibilidade aventada pelo ex-Secretário Geral era plausível no início da década de 1990, dificilmente ela seria no início do ano 2000, sobretudo, a partir do governo Bush. Desse modo, se a intenção de preservar a supremacia militar dos EUA já existia nos governos de Bush (pai) e de Clinton - os quais mantiveram os gastos militares superiores a três por cento do PIB -, essa disposição aumentou ainda mais com George W. Bush.

Em suma, embora haja um grande consenso sobre as principais características da diplomacia empreendida pelos governos de Clinton e Bush - sobretudo no que tange à adoção de políticas unilaterais e ao uso da força militar - o estilo “arrogante” de o governo Bush exercer a estratégia da Primazia tem inflamado a opinião pública mundial, espalhando ainda mais o sentimento de antiamericanismo pelo mundo.

5.2. Os Neoconservadores e o Retorno da Primazia Explícita

Ao contrário do que muitos analistas esperavam, no pós-Guerra Fria, os EUA não realizaram grandes cortes em seus orçamentos militares. Nem poderiam, posto que a grande estratégia do mundo pós-bipolaridade tem sido a manutenção da primazia do país no sistema internacional. O poder militar, por sua vez, é considerado peça-chave para sustentar tal objetivo. Por esta razão, independentemente de o governo ser democrata ou republicano, os EUA continuarão a possuir um orçamento militar que desestimula qualquer tentativa de competição.

não há como negar a influência dos neoconservadores em relação à falta de empenho do governo Bush para com o “mapa da paz”. Os neoconservadores há muito tempo defendem um apoio irrestrito e incondicional a Israel: “Neo-cons are among Ariel Sharon's staunchest defenders. Most fear the "road map" will endanger Israel's security, and will do everything they can to stop it. (The Economist (US), abril de 2003, p. 25).

Como já foi mencionado em capítulo anterior, mesmo diminuindo os gastos militares após o fim da contenda bipolar, tanto o primeiro governo Bush quanto a administração Clinton mantiveram o orçamento militar estadunidense extremamente elevado quando comparado a outros países:⁸ Como afirma Ryan: “Militarism was the one area where the United States was exceptional at the end of the Cold War. Both Bush and Clinton had succumbed to its attractions.” (2000, p. 189).

A defesa da supremacia militar do país está acima das diferenças ideológicas e de disputas partidárias. É uma estratégia de Estado. Não é por acaso que, na “campanha das eleições de 2000, tanto Bush quanto Gore prometeram aumentar os gastos com defesa.” (Kagan, 2003, p. 93).

Uma das principais críticas de Bush ao governo Clinton durante a campanha eleitoral referia-se justamente à “depreciação” do poder militar dos EUA durante a gestão democrata. Assim, falando em nome de George W. Bush antes mesmo das eleições, Condoleezza Rice acusava a administração Clinton de haver reduzido abruptamente os gastos com defesa, levando ao declínio do poder militar norte-americano. Claramente defendendo a primazia norte-americana, a conselheira para assuntos de Segurança Nacional foi direta ao justificar o motivo pelo qual o governo republicano estaria disposto a elevar os gastos militares dos Estados Unidos:

“ The Bush administration had been able to reduce defense spending somewhat at the end of the Cold War in 1991. But the Clinton administration witlessly accelerated and deepened these cuts. The results were devastating: military readiness declined, training suffered, military pay slipped 15 percent below civilian equivalents, morale plummeted [...] America's military power must be secure because the United States is the only guarantor of global peace and stability [...] the American military must be able to meet decisively the emergence of any hostile military power in the Asia-Pacific region, the Middle East, the Persian Gulf, and Europe.. “ (Rice, 2000, p. 51).

É curioso notar que, a despeito da diferença de estilo na consecução da estratégia da Primazia, os argumentos expostos pelos seus defensores estão presentes tanto no governo democrata, quanto no republicano. Para justificar a

⁸ As palavras do neoconservador Irving Kristol, que para muitos é excessivamente radical, reflete a visão de muitos integrantes que compõem o governo de George W. Bush: “Europe today has no ambitions beyond preserving its welfare state as best it can and doing as much profitable business as possible with the rest of the world. Its military expenditures keep declining and are made ever more reluctantly [...] Europe is resigned to be a quasi-autonomous protectorate of the United States. (Kristol, 1997).

unipolaridade dos Estados Unidos, ambos recorrem à idéia de que a Primazia é benéfica ao mundo, na medida em que traz estabilidade, ordem e paz. Washington busca difundir o juízo de que o retorno a um mundo multipolar, onde houvesse equilíbrio de poder, traria de volta rivalidades e guerras entre as potências: “Some authorities say that we must move to a multipolar world. We do not agree [...] We believe that it is wiser to work at overcoming differences than to polarize them further.” (Powell, 2004, p.25).

Se os Estados Unidos acreditam de fato nesses argumentos, ou se os mesmos correspondem apenas a retórica para sustentar a primazia norte-americana, o fato é que a administração Bush tem trabalhado para perpetuar o “momento unipolar” da América. Assim, para aqueles que pensavam que as acusações republicanas não passavam retórica eleitoral, surpreenderam-se quando o Presidente Bush elevou os gastos militares já no primeiro ano de governo, antes dos ataques de 11 de setembro. De acordo com Todd (2003), o aumento de 15% nas despesas militares norte-americanas foi fruto de decisões anteriores aos atentados de 11 de setembro.

Com efeito, antes dos ataques terroristas às torres gêmeas, o governo Bush já havia posto em prática a “transformação” das forças militares norte-americanas. Já em seu primeiro discurso do Estado da União, o Presidente Bush já havia enfatizado a necessidade de remodelar as forças militares para enfrentar os desafios do século XXI e construir um abrangente escudo de defesa antimísseis para proteger os EUA contra o uso de armas de destruição em massa por Estados párias e terroristas. (State of the Union, 2001).

Semelhante ao governo Clinton, é evidente que o objetivo de Bush era, e ainda é, pôr um fim à “camisa de força” representada pela dissuasão nuclear e, assim, ter total liberdade de ação para empreender livremente suas políticas no sistema internacional, sem temer a possibilidade de represálias nucleares. Destarte, embora George Bush afirme que o sistema antimísil é necessário para proteger os EUA de ameaças representadas por Estados párias e terroristas, não há dúvida de que a superpotência deseja tornar-se imune às armas nucleares de outras potências.

Foi com base nesta “obsessão” pela segurança total, que o governo Bush concedeu pouca importância às reclamações russas e não pensou duas vezes para

derrogar unilateralmente o tratado ABM ⁹ no início de 2002, seguindo adiante com seu plano de construir um sistema de defesa antimísseis nacional.¹⁰

Na concepção da administração Bush, a primazia norte-americana não poderia ser restringida por um tratado obsoleto do contexto bipolar. Embora não houvesse ficado muito patente até os republicanos assumirem a Casa Branca em 2000, no contexto pós-bipolaridade, a superpotência ditaria as regras e escolheria os acordos dos quais participaria.

Nesse sentido, mesmo antes dos ataques terroristas, Washington já vinha pondo em prática medidas que visavam a preservar a unipolaridade militar norte-americana. O atentados de 11 de setembro, por sua vez, permitiram ao governo Bush expandir as despesas militares a níveis superiores à média da Guerra Fria: “My budget includes the largest increase in defense spending in two decades -- because while the price of freedom and security is high, it is never too high. Whatever it costs to defend our country, we will pay.” (Bush, State of the Union, 2002).

Com efeito, após os ataques às torres gêmeas, Washington anunciou que elevaria o orçamento estadunidense em 50 bilhões de dólares em relação ao do ano anterior, um montante maior do que o orçamento militar total da Inglaterra ou da Alemanha. (Zakaria, 2003). Isso, por sua vez, era só o começo, pois como salienta César Guimarães (2002) o terrorismo propiciou ao governo de George W. Bush a possibilidade para reafirmar a primazia *manu militari* norte-americana.

Nesse sentido, a partir do 11 de setembro, a administração republicana passou expressar abertamente, mediante discursos e documentos oficiais, a estratégia que já estava em prática na política externa estadunidense desde o fim da Guerra Fria:

“The United States must and will maintain the capability to defeat any attempt by an enemy – whether a state or non-state actor – to impose its will on the United States [...] Our forces will be strong enough to dissuade potential adversaries from

⁹ O tratado ABM ou TAB (Tratado de Antimísseis Balísticos), assinado no governo Nixon em 1972, regulamenta a questão relacionada ao sistema de defesa antimísseis entre EUA e Rússia.

¹⁰ Na verdade, desde o governo Reagan, os EUA têm a intenção de construir um sistema de defesa antimísseis. Se, no governo Reagan, o objetivo era pôr um fim a dissuasão nuclear até então baseada na destruição mútua garantida; a partir de Bush (pai), a justificativa passa a ser a necessidade de proteger os EUA de Estados párias e de terroristas que possuam armas nucleares. No entanto, as reações russas, européia e chinesa em relação ao projeto atrasavam a sua execução. Menos sensível às críticas das outras potências, em 2002, o governo de George W. Bush derrogou unilateralmente o tratado ABM.

pursuing a military build-up in hopes of supplanting, or equaling, the power of the United States. (NSS, 2002, p. 30)

Nas palavras de Kagan (2003), os EUA não mudaram com o 11 de setembro, apenas tornaram-se mais autênticos, posto que as declarações oficiais do governo Bush eram mera expressão pública do que fora uma premissa tácita do planejamento estratégico dos Estados Unidos desde o fim da Guerra Fria. Segundo Joseph Nye: “Três décadas atrás, a esquerda radical utilizava o termo ‘império americano’ como uma expressão difamatória. Hoje, essa mesma expressão saiu do armário: analistas tanto de esquerda como de direita agora o empregam para explicar - se não nortear - a política externa norte-americana.”(2004, p. 11).

Realmente, a Primazia tem sido a grande estratégia da política externa norte-americana adotada por todos os presidentes do pós-Guerra Fria. O que é novidade, e tem causado reações por parte da comunidade internacional, tem sido a maneira “excessivamente unilateral” pela qual o Presidente Bush tem operacionalizado essa estratégia.

Nesse contexto, a partir dos atentados terroristas, nota-se uma crescente influência dos chamado neoconservadores,¹¹ cujos muitos integrantes participaram do governo de Bush pai, sobre a política externa norte-americana. Como previamente ressaltado, foram os participantes desse grupo os responsáveis pela formulação do documento secreto do Pentágono que vazou à imprensa em 1992, o DPG, que defendia uma Primazia “explícita” por parte dos EUA. (The Economist (US), abril de 2003).

Assim, se por um lado, é verdade que a Primazia tem sido a estratégia de Estado adotada por todos os presidentes estadunidenses desde o fim da Guerra Fria. Por outro, não há como negar que os atentados de 11 de setembro “abriram espaço” para que a agenda dos neoconservadores, os quais advogam um tipo radical de Primazia, pudesse ser implementada pelo governo Bush:

¹¹ O grupo surgiu a partir de uma cisão dentro do partido democrata no final da década de 1960. A divisão ocorreu devido as divergências acerca da condução da política externa americana durante a Guerra do Vietnã. O termo “neo” surgiu com os insultos dos liberais do partido democrata, que acusavam os dissidentes de serem os “novos” conservadores (republicanos). Mais informações sobre os neoconservadores, ver, KISSINGER, A. H. Between the Old Left and the New Right. Foreign Affairs, v. 78, n.3, May/June 1999 ou THE ECONOMIST. Who are Who are the neoconservatives, and what is their real influence over American foreign policy (?) vol. 367, n. 8321, Abril de 2003.

“ September 11 only added a new layer of assertiveness to Bush’s foreign policy [...] Suddenly, Washington was more powerful and determined to act. But it would act only for its own core security and even pre-emptively when it needed to [...] the administration decided that it needed total freedom of action.” (Zakaria, 2003, p.9).

Nesse sentido, muitas das idéias expressas nos discursos e documentos oficiais da administração Bush após o 11 de setembro não passam de “cópias” do que já havia sido escrito pelos neoconservadores em 1992:

“...the Defence Planning Guidance drafted for Mr Cheney in 1992 during his stint as defence secretary. Written by Mr Wolfowitz and Mr Libby, it raised the notion of pre-emptive attacks and called on America to increase military spending to the point where it could not be challenged. Ten years later, both ideas have been enshrined as official policy in the 2002 National Security Strategy.” (Hirsh, 2002, p. 19).

É importante salientar, contudo, que a política externa norte-americana do pós-11 de setembro não tem sido formulada única e exclusivamente pelos neoconservadores.¹² Muitas das idéias deste grupo fazem parte de um consenso maior e são endossadas por integrantes de peso do governo republicano, como o Vice-presidente Dick Cheney, o Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, pelo próprio Presidente George Bush, e até mesmo por alguns democratas. Na verdade, o que se vê nos Estados Unidos é a formação de um consenso em relação à noção de que a América deveria usar seu poder de forma vigorosa para transformar o mundo de modo a favorecê-la. (The Economist (US), abril de 2003).

Nesse sentido, assim como a Guerra da Coreia havia amedrontado a população norte-americana e permitido a expansão dos gastos militares, até então, a níveis sem precedentes; os ataques ao World Trade Center também assustaram os americanos e permitiram aos falcões do governo Bush pôr em prática uma transformação e expansão militar sem precedentes desde o fim da Guerra Fria.

¹²A imprensa destacou bastante o papel dos intelectuais neoconservadores – em especial do secretário-adjunto de Defesa, Paul Wolfowitz – em colocar o Iraque no centro da Doutrina Bush. A influência existe, mas é relativa. Os neoconservadores ocupam no máximo cargos de segundo escalão, nenhum possui pasta ministerial ou controle de agências e órgãos importantes, como CIA e FBI. Sua presença é forte no debate público, através de *think-tanks* como o American Enterprise Institute, Heritage Foundation, Project for the New American Century e de revistas como The Weekly Standard: “The result is that American foreign policy is becoming a mixture of neo-conservative ideas, the president’s instincts--and the realities of power [...] Near-consensus is found around the notion that America should use its power vigorously to reshape the world.” (The Economist, abril de 2003, p. 30).

Para se ter uma idéia, a doutrina militar do Pentágono - em vigor desde Bush pai - a qual previa que os Estados Unidos deveriam estar preparados para lutar duas guerras simultâneas, em regiões diversas, foi substituída. A partir da administração republicana, os EUA teriam força suficiente para dissuadir quatro inimigos simultaneamente e, ao mesmo tempo, preservariam sua habilidade para derrotar dois desses agressores, mantendo a opção para uma contra-ofensiva massiva para ocupar a capital de um deles e mudar seu regime. (Rumsfeld, 2002).

As palavras de Rumsfeld traduzidas em números realmente impressionam. Baseado numa política econômica de “keynesianismo bélico”, que lembra o governo Reagan, o orçamento militar do Presidente Bush atingiu 343,2 bilhões de dólares em 2002, chegando a 401 bilhões de dólares, em 2003.¹³ (Center for Defense Information, 2001-2; Schelp; 2004).

Fica muito difícil falar em se criar um mundo multipolar quando o orçamento de defesa americano pula de 300 bilhões para 400 bilhões de dólares, e a nova estratégia militar prepara a superpotência para lutar quatro guerras simultâneas ao redor do mundo – quando os europeus sequer conseguem agir nos Bálcãs.

Tamanha disparidade de poder em relação ao resto do mundo levou até mesmo o ex-ministro das relações exteriores francês, Hubert Vedrine – conhecido por defender a importância de se contrabalançar a “hiperpotência” - a declarar que “não há razão para os europeus tentarem atingir paridade estratégica com um país que pode lutar quatro guerras de uma só vez.” (Kagan, 2002).

Em suma, muitos dos analistas, que reclamavam da hipocrisia de Clinton, passaram a sentir sua falta com a ascensão de Bush ao poder. Menos flexível e menos sensível aos interesses de outras potências, o presidente republicano não se preocupou em dissimular o objetivo de preservar a unipolaridade da América. Assim, já no primeiro ano, Bush elevou, os já altíssimos gastos militares dos EUA, a níveis superiores à era Clinton. Os atentados terroristas, por sua vez, exacerbaram o unilateralismo da superpotência, a qual utilizou o momento para expandir ainda mais sua primazia militar.

¹³ Para se ter uma idéia, o orçamento do Departamento de Estado é 1% do orçamento federal. Os EUA gastam cerca de 17 vezes mais em suas Forças Armadas. (Valor econômico, Nye, 2004).

5.3.

Os Ataques de 11 de Setembro e a Guerra ao Terror

Se o dia 9 de novembro de 1989 simbolizou o fim de um período histórico para as relações internacionais - fim da Guerra Fria -, certamente o dia 11 de setembro de 2001 ficará marcado para a história como o início de uma nova era no campo das relações internacionais. Esse dia dificilmente será esquecido, seja por especialistas em política internacional, seja por pessoas interessadas no assunto ou por espectadores diários de telejornais.

Os atentados terroristas provocaram um choque internacional, pela dimensão do atentado, por sua ousadia e inovação e por seu caráter cinematográfico, semelhante a um filme catástrofe. No dia 11 de setembro de 2001, quatro aviões de passageiros seqüestrados nos EUA e comandados por terroristas atingiram símbolos tradicionais do poderio econômico e militar norte-americano, causando mais de três mil mortes.

Em Nova Iorque, terroristas utilizaram dois *boeings* para derrubar as torres gêmeas do World Trade Center. Em Washington DC, o Pentágono também foi atingido. Já o quarto avião caiu numa floresta de Pittsburgh, sem ter atingido o que, aparentemente, seria seu objetivo: Camp David. (Pecequillo, 2000).

O mito da “América inviolável” caiu por terra.¹⁴ Os atentados terroristas provaram que a única superpotência restante também era vulnerável. Dezenove terroristas, pertencentes à rede terrorista Al-Qaeda e seguidores de seu líder Osama Bin Laden,¹⁵ foram capazes de matar mais gente do que os ataques dos *kamikazes* à base de Pearl Harbor em dezembro de 1941. (Nye, 2003).

Cumprе salientar, entretanto, que a preocupação com o terrorismo não é nova. Durante a Guerra Fria, o terrorismo já era motivo de preocupação dos Estados Unidos. Para se ter uma idéia, na década de 1970 e 1980, a Líbia já era acusada pelos norte-americanos de fornecer apoio a grupos terroristas e de

¹⁴ Protegida pelos mares e por fronteiras seguras, a massa terrestre dos EUA sempre foi considerada como um alvo relativamente inacessível em tempos de guerra. O país havia passado por duas guerras mundiais, pela Guerra Fria, conflitos menores como as guerras da Coreia, do Vietnã e do Golfo, mantendo-se ilesa a ataques externos. O ataque à base de Pearl Harbor (1941) não ocorreu no continente americano, uma vez que a base fica no Havaí. A última vez em que os EUA haviam sido atacados no continente tinha sido em 1812-14 na guerra contra os ingleses. Nessa ocasião, os ingleses invadiram os EUA e queimaram a Casa Branca.

¹⁵ Bin Laden já foi um ex-colaborador do serviço secreto de inteligência dos EUA (CIA).

financiá-los, fato que estimulou o governo Reagan a bombardear a casa do ditador líbio, o coronel Muamar Kadafi, em 1986. Entretanto, à época, o terrorismo consistia numa preocupação menor, visto que o principal objetivo da política externa norte-americana era derrotar os soviéticos.

Durante toda a década de 1990, o terrorismo havia sido destacado como uma perigosa ameaça aos Estados Unidos. Documentos oficiais¹⁶ da administração Clinton já salientavam o perigo representado pela “perigosa” combinação de terroristas, Estados párias e armas de destruição em massa. O próprio Clinton chegou a declarar que o terrorismo era “o maior perigo de nossa geração”.¹⁷

Na realidade, o argumento utilizado pelos EUA no pós-Guerra Fria para justificar a construção de um escudo antimísseis têm-se baseado justamente no perigo representado pelas armas de destruição em massa nas mãos de terroristas ou de “Estados bandidos”. (NSS, 1995-2000).

O terrorismo não constituía uma ameaça à segurança dos EUA por acaso. Entre 1993 e 2000, o país sofreu diversos atentados, alguns de grande porte, como a primeira explosão nas torres gêmeas por meio de um carro-bomba em 1993, as explosões nas embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia (1998), os ataques a instalações militares dos EUA (Torres Khobar) na Arábia Saudita, e o ataque ao USS Cole, em 2000. O próprio Bin Laden já era reconhecido como uma ameaça, e uma tentativa de assassiná-lo ocorreu em 1998, quando Washington bombardeou bases da Al-Qaeda no Afeganistão, em represália aos atentados às embaixadas americanas na África. (Perry, 2001).

Antes dos atentados de 11 de setembro, entretanto, o próprio governo Bush referia-se ao perigo representado pelos terroristas mais como uma forma de justificar a construção de um sistema antimísseis, do que por acreditar realmente na ameaça que os mesmos significavam para a segurança dos EUA:

“Our nation also needs a clear strategy to confront the threats of the 21st century -- threats that are more widespread and less certain. They range from terrorists who threaten with bombs to tyrants in rogue nations intent upon developing weapons of

¹⁶ “ Weapons of mass destruction pose the greatest potential threat to global stability and security. Proliferation of advanced weapons and technologies threatens to provide rogue states, terrorists, and international crime organizations the means to inflict terrible damage on the United states..” (NSS, 1998, p. 6).

¹⁷ Mais informações, ver em Bill Clinton. US Security in a Changing World, discurso proferido na Universidade George Washington, 5 de Agosto de 1996. Disponível em [http:// www.usconsulate.org.hk/pás/pr/1996/0806b.htm](http://www.usconsulate.org.hk/pás/pr/1996/0806b.htm).

mass destruction. To protect our own people, our allies and friends, we must develop and we must deploy effective missile defenses.”(State of the Union, 2001, p.).

É somente a partir dos atentados terroristas de 11 de setembro que o terrorismo, de fato, passa a ser considerado como a principal ameaça à segurança norte-americana.¹⁸ A campanha contra o terrorismo global havia se tornado a finalidade central da política externa e de defesa americana. Outras metas internacionais ficariam subordinadas a este amplo objetivo: “Suddenly terrorism was the world’s chief priority, and every country had to reorient its foreign policy accordingly.”(Zakaria, 2003, p. 7).

Inicialmente, a primeira impressão que se tinha após os atos terroristas era a de que o governo Bush deixaria de lado a política externa unilateral praticada até então. Até porque, a reação imediata aos atentados foi de total solidariedade por parte de outras potências. No pós-11 de setembro, o *Le Monde* dos - sempre opositores - franceses estampou em manchete histórica: “Somos todos americanos”. A própria OTAN traduziu esse sentimento invocando, pela primeira vez, o artigo V de seu tratado – os ataques a Nova York e ao Pentágono eram considerados um ato de guerra aos EUA e, conseqüentemente, aos membros da organização, colocando à disposição de Washington as tropas aliadas.

Além dos aliados, os eventos de 11 de setembro também alteraram o tom da relação dos EUA em relação à Rússia e à China.¹⁹ No novo contexto da “guerra contra o terror”, a política externa inicialmente agressiva de Washington em relação a esses países cedeu espaço para uma política de maior aproximação: “In this moment of opportunity, a common danger is erasing old rivalries. America is working with Russia and China and India, in ways we have never before.”(State of the Union, 2002,).

¹⁸ No final de 1998, foi realizado uma pesquisa patrocinada pelo Council on foreign Relations sobre qual eram as maiores ameaça aos interesses norte-americanos. Em primeiro lugar aparece o terrorismo internacional como a maior ameaça à segurança dos EUA. Em seguida aparece o temor de armas químicas e biológicas e a possibilidade de países inimigos tornarem-se potências nucleares. Mais informações, ver em Rielly, John E. American and the World: A survey at the century’s end. Foreign Policy. V. 114, primavera de 1999, p. 97-113. Apesar dessa pesquisa, a verdade é que, até o 11 de setembro, o terrorismo figurava apenas como mais uma entre as chamadas ameaças transnacionais para o governo dos EUA - narcotráfico, fluxo de refugiados, degradação ambiental etc. (NSS, 1995-2000).

¹⁹ É preciso lembrar que o novo discurso também interessava profundamente a russos e chineses. Às voltas com terroristas, separatistas e fundamentalistas, Rússia e China poderiam se “apropriar” do discurso da “guerra contra o terror”, e assim combater separatistas rebeldes em regiões conflituosas como Chechênia e Tibet.

A ilusão durou pouco. Após os ataques de 11 de setembro, o governo Bush pôs em prática uma “versão radicalizada” da estratégia da Primazia. Assim, se antes dos atentados, o governo Bush já havia adotado uma postura menos flexível - em relação a Clinton - na busca dos interesses do país, após os atentados terroristas, a primazia norte-americana foi “negativamente afetada pelo extremismo” (Guimarães, 2002).

Na visão do professor César Guimarães, a despeito de um “desdém” inequívoco por acordos multilaterais e uma “fixação no sistema antimísseis”, a administração Bush não se afastou muito dos seus antecessores em política externa. A seu ver, “é o 11 de setembro que produz alterações dramáticas na conduta da política exterior” (2002, p. 61.)

Com efeito, apesar dos diferentes estilos na implementação da estratégia da Primazia, na prática, não tem havido alterações profundas na execução da política externa norte-americana no pós-Guerra Fria. Até porque, como visto no capítulo anterior, para defender a unipolaridade dos EUA, Bill Clinton foi tão unilateralista quanto George W. Bush.

Em contrapartida, a partir dos atentados terroristas, criou-se uma oportunidade para que a administração Bush ampliasse a, já então, incontrastável hegemonia norte-americana. Os ataques às torres gêmeas permitiram aos neoconservadores implementar a estratégia da Primazia na sua forma mais extrema - mais radical ainda do que Bush vinha implementando desde de sua posse.

Os atentados de 11 de setembro supriram uma necessidade da política externa norte-americana: criou-se um novo inimigo para combater.²⁰ Assim, a partir do 11 de setembro, Washington passa a instrumentalizar o discurso da “guerra contra o terror” para ampliar o poderio norte-americano sobre regiões estratégicas do mundo, como a Ásia Central e o Oriente Médio.

Nesse sentido, ao contrário das expectativas, o governo republicano continuou, sim, a empreender uma política externa unilateral. O unilateralismo norte-americano, por sua vez, passou a ser praticado sob a retórica da “guerra ao

²⁰ Ryan: “In the history of US foreign policy there has been a tendency to regard opponents as threats [...] Peoples and nations around the world have been characterised and then categorised according to this Manichaeian outlook ”(2000, p. 11).

terror”.²¹ Aliás, foi com base nesse discurso que George W. Bush expandiu, ainda mais, a primazia dos EUA, seja por meio da expansão de suas bases militares, seja mediante a expansão de seu poderio militar:

“ The United States of America is fighting a war against terrorists of global reach. The enemy is not a single political regime or person or religion or ideology. The enemy is terrorism [...] The presence of American forces overseas is one of the most profound symbols of the U.S commitments to allies and friends. Through our willingness to use force in our own defense and in defense of others [...] To contend with uncertainty and to meet the many security challenges we face, the United States will require bases and station within and beyond Western Europe and Northeast Asia, as well as temporary access arrangements for the long-distance deployment of U.S. forces.” (NSS, 2002, p. 5 e 29).

Na verdade, os Estados Unidos têm tentado transformar o terrorismo em algo “onipresente”, legitimando assim qualquer ação punitiva em qualquer lugar e a qualquer momento. O presidente do Paquistão empregou uma metáfora útil quando comparou os terroristas da Al Qaeda a folhas de uma árvore: algumas poderiam cair, mas outras nasceriam para as substituí-las. Assim, ao ser transformado em uma força universal, o terrorismo é institucionalizado num estado de guerra permanente e em escala planetária.

Com efeito, até mesmo o termo “guerra contra o terror” é contraditório, uma vez que guerras são delimitadas no tempo e no espaço, apresentando início, meio e fim, o que não ocorre no caso da permanente luta contra o terrorismo. Assim, até mesmo a noção de “guerra” parece sofrer alterações, na medida em que já não é claramente diferente de “paz”. Ou seja, mesmo após a invasão do Iraque, os EUA continuam em guerra contra o terrorismo, por tempo indeterminado. Os temores que esta visão anárquica do mapa político mundial provoca, por sua vez, contribui para justificar o militarismo norte-americano.

Como salienta o professor César Guimarães (2002), o terrorismo não é uma “coletividade humana concreta contra a qual se guerreia”. O “terror” é algo espacialmente indeterminado, podendo estar em “qualquer lugar”. Por isso, o

²¹ Logo após o 11 de setembro, os EUA pareciam que iriam enveredar esforços para uma política externa multilateral. O congresso norte-americano pagou as contribuições que os EUA deviam à ONU e Bush orientou seus esforços para a montagem de uma coalizão contra o terrorismo. O objetivo inicialmente proposto logo após os atentados de eliminar o terrorismo em escala mundial mediante uma estratégia multidimensional por meio de alianças com organizações internacionais e outras potências, na qual se misturariam ações militares, política, econômicas e diplomáticas, logo perdeu ímpeto. Os EUA ignoraram o apoio da OTAN e decidiram invadir o Afeganistão unilateralmente. Além disso, o rápido sucesso da guerra no Afeganistão levou algumas autoridades do governo a concluir que o unilateralismo funciona. (Pecequillo, 2003)

governo Bush foi hábil em transformar a luta contra o terrorismo - algo incerto e desconhecido - em instrumento para fins políticos.

O novo adversário não é uma religião, ideologia, nacionalidade, civilização ou Estado, e pode ser redefinido a cada momento pelos próprios Estados Unidos, sendo, portanto, variável e “infinitamente elástico”. A luta é contra um “inimigo invisível” e global, e os Estados Unidos atribuem a si a capacidade quase exclusiva de definir a sua localização e as suas intenções. Uma estranha bipolaridade mundial que delega aos EUA um direito sem precedentes de repressão interna e de intervenção externa em todo e qualquer território, estado ou sistema de fluxos onde ele localize ou decida que existe o “vírus do terrorismo”.

Os Estados Unidos recorrem novamente a uma retórica que mescla o “particular” com o “universal”. Mais uma vez, a divisão binária entre o bem e o mal aparecia no discurso norte-americano.²² No pós-Guerra Fria, no entanto, o terrorismo assumiu o papel do mal, antes interpretado pelo comunismo soviético. Agora o inimigo não era mais um totalitarismo de direita ou de esquerda, mas uma crua e difusa ameaça mundial.

Em princípio, o papel do bem permanece sendo protagonizado pelo “Ocidente”, uma vez que o terrorismo é uma prática que tem sido rechaçada globalmente por todos líderes ocidentais. Na prática, porém, as regras desse “Ocidente” têm sido ditadas pelos Estados Unidos, e pelo governo Bush em particular. No pós-Guerra Fria, a única superpotência do mundo conduziria, a sua maneira, a luta contra o terror. Como salienta Kagan:

“Quando os terroristas atacaram os Estados Unidos oito meses depois, a equação da Guerra Fria estava totalmente invertida. Naquele momento, com a chegada da ameaça ao solo americano, desprezando o dos aliados, o problema primordial era o sofrimento e a vulnerabilidade exclusivos dos Estados Unidos, e não do ‘Ocidente.’” (Kagan, 2003, p.85).

De fato, após os ataques terroristas às torres gêmeas, as divergências existentes desde o fim da Guerra Fria entre os EUA e os países aliados, sobretudo a Europa, foram explicitadas. Na ausência de uma “ameaça” soviética, ou seja, na

²² A seguir, o trecho do discurso de George Bush em West Point mostra muito bem a retórica dos EUA e o interesse do país em preservar sua primazia: “ We are in a conflict between good and evil [...] More and more, civilized nations find ourselves on the same side -- united by common dangers of terrorist violence and chaos. America has, and intends to keep, military strengths beyond challenge thereby, making the destabilizing arms races of other eras pointless, and limiting rivalries to trade and other pursuits of peace.” (Bush, West Point, 2002, p.4).

falta de um contraponto ao poderio norte-americano - e até mesmo de uma alternativa de mundo - os Estados Unidos não tinham motivos para considerar interesses outros, que não os seus próprios na busca de seus objetivos. E, apesar de isso já estar ocorrendo desde o fim do confronto bipolar, a situação agravou-se após os atentados de 11 de setembro.

A hegemonia *gramsciana* do governo Clinton havia ajudado a dissimular o poderio norte-americano nos anos 1990. George Bush, por sua vez, mais sincero, desde a posse já vinha mostrando quem realmente dava as ordens no pós-bipolaridade. Mesmo assim, foi somente a partir de 11 de setembro que a configuração da ordem do pós-Guerra Fria e suas implicações ficaram mais nítidas.²³ Foi após os ataques às torres gêmeas que o mundo percebeu quão grande era o *big stick* da América. Logo, falar da união de um “Ocidente” na luta contra o terrorismo não passa de peça oratória para ser proferida em público.

Assim, apesar de os EUA terem recebido o apoio total da comunidade internacional na “guerra contra o terror”, Washington desprezou as ofertas de colaboração. Os EUA agiriam sozinhos, segundo seus interesses. Quando lhes interessasse, diriam aos outros países o que fazer. Na visão dos republicanos, os Estados Unidos não precisavam dissimular sua primazia. Os outros países que deveriam se adaptar a ela. Segundo Hirsh:

“..in practice most of these conservatives have become united under the banner of neoimperialism, or “hegemonism.” This belief holds that the unilateral assertion of America’s unrivaled hard power will be the primary means not only of winning the war on terror, but of preserving American dominance indefinitely, uncompromised for the most part by the international system or the diplomatic demands of other nations. [...] the Bush hegemonists feel that for too long America has been a global Gulliver strapped down by Lilliputians -- the norms and institutions of the global system [...] Today, Washington’s main message to the world seems to be, Take dictation.” (2002, p.23).

Na realidade, no pós-11 de setembro George Bush perdeu uma oportunidade histórica para “liderar” os Estados no combate ao terrorismo. Assim, Bush poderia preservar a primazia norte-americana praticando uma diplomacia nos moldes do governo Clinton. O discurso da Doutrina Clinton legitimava a hegemonia dos EUA ao apontá-la como necessária para combater ameaças transnacionais num mundo globalizado e de fácil mobilidade.

²³ A nova ordem diz respeito à unipolaridade dos EUA, e suas implicações foram trabalhadas do capítulo 3.

A retórica da “guerra contra o terror”, por seu turno, poderia justificar a hegemonia da América como sendo algo fundamental na luta contra o terrorismo, dissimulando, portanto, a estratégia da Primazia. Dessa forma, além de dividir os custos de liderança com outros Estados, Bush poria fim à imagem de “unilateralista” desfrutada por seu governo junto à comunidade internacional.

De qualquer forma, mesmo optando pelo unilateralismo, os atentados terroristas de 11 de setembro facilitaram o trabalho dos *policymakers* norte-americanos, na medida em que os Estados Unidos passaram a recorrer à retórica da guerra contra o terrorismo para expandir seu poder sobre regiões estratégicas em que Washington ainda não estava presente diretamente. Nas palavras de Guimarães: “Quando a indignação se transforma em conveniência, entra-se no campo da *Realpolitik*, neste caso por meio do militarismo e da repressão.” (2002, p. 64).

Dessa forma, assim como as intervenções norte-americanas na América Latina ao longo de toda Guerra Fria foram legitimadas com base na justificativa de contenção aos comunistas, as justificativas empregadas pelo governo Bush para legitimar as intervenções na Ásia Central e no Oriente Médio passam a ser baseadas na luta contra o terrorismo.

A diferença é que durante a Guerra Fria, os Estados Unidos só podiam realizar intervenções somente sobre os países que faziam parte da periferia do campo ocidental, visto que a zona de influência soviética era um empecilho à expansão norte-americana. No pós-bipolaridade, os Estados Unidos podem atuar sobre a periferia de todo o sistema internacional. Não existe mais o “obstáculo” representado pelas áreas de influência soviética. No pós-Guerra Fria, o raio de ação da superpotência é global. Como atesta Simes:

“...the disintegration of the Soviet Union removed the principal external constraint on U.S. international behavior. The United States' unchallenged military, economic, and political superiority facilitated the view that it could do almost anything it wanted to do in the international arena.” (2003, p. 91).

Também de forma semelhante ao período bipolar, o governo Bush exagerara o perigo do terrorismo a fim de assustar a população para arregimentar apoio às suas políticas expansionistas e ao aumento de gastos militares. E, análogo à Guerra Fria, Bush obteve sucesso no “convencimento” da população, obtendo aprovação para expandir o poderio norte-americano sobre a Ásia Central.

Assim, pouco menos de um mês após os atentados terroristas, os Estados Unidos decidiram invadir, unilateralmente, o Afeganistão com o propósito de destruir a rede terrorista Al-Qaeda e depor o regime dos Talibãs, que lhe apoiava.²⁴ Mesmo tendo recebido a colaboração de países aliados, a superpotência ignorou o apoio da OTAN e resolveu agir a seu modo, visto que, no governo Bush, “a missão deve determinar a coalizão.”²⁵ (Rumsfeld, 2002, p.31).

Os EUA preferiram estabelecer alianças *ad hoc* com países vizinhos ao Afeganistão, como o Paquistão e o Uzbequistão, para dispor de suas bases e informações na região. Além disso, os americanos utilizaram suas forças especiais em parceria com a Aliança do Norte, uma coalizão de grupos que se opunham aos Talibãs e dominava parte do território afegão. Num lugar onde os impérios britânico e soviético no auge de seus poderes haviam sido derrotados, a América, mediante uma campanha militar fulminante, obteve rápido sucesso e instalou seu poder no coração da Ásia Central.

Assim, os acontecimentos de 11 de setembro e o uso da retórica da “guerra contra o terror” permitiram aos americanos instalarem uma cadeia de bases militares estratégicas na Ásia Central, tanto no Afeganistão como em ex-repúblicas soviéticas como Tadjiquistão, Uzbequistão e Quirguistão.²⁶ Destarte, os norte-americanos consolidaram seu poder numa região estratégica, entre a Rússia e a China, passando a ter controle sobre uma área que, desde o século XIX, era

²⁴ É preciso salientar que os EUA atacaram o Afeganistão após ter sido comprovado o envolvimento da rede terrorista Al-Qaeda e de seu líder Osama Bin Laden nos atentados e sua ligação com o regime dos Talibãs no Afeganistão. 90% da população norte-americana apoiaram a retaliação ao Afeganistão. Assim, os ataques iniciaram-se em 7 de outubro de 2001. A operação, inicialmente chamada de Justiça Infinita, foi rebatizada de Liberdade Duradoura devido às conotações morais e religiosas associadas ao termo justiça. (Pecequillo, 2003).

²⁵ A relutância de Washington em conceder à Otan missões de combate no Afeganistão e, depois, no Iraque, deve-se à percepção de que os parceiros eram um impedimento à sua liberdade de fazer a guerra da forma que considerava mais adequada. Pela primeira vez, a OTAN invocara o artigo V de defesa mútua, o qual considera um ataque aos EUA como sendo um ataque a todos os membros, colocando-se a disposição dos norte-americanos na guerra ao Afeganistão. No entanto, com os interesses nacionais vitais da superpotência em jogo, Washington preferiu agir sozinho, sem as limitações impostas pela OTAN. “When NATO after September 11 invoked its Article V for the first time ever, defining the attack on the United States as an attack on all members, Defense Secretary Donald Rumsfeld dispatched his deputy, Paul Wolfowitz, to say this would not be necessary because “the mission would define the coalition.” (Hirsh, 2002, p. 18). Assim, se, por um lado, é verdade que os americanos aprenderam com as lições do Kosovo, evitando novos desentendimentos sobre como conduzir a guerra. Por outro, também parecer razoável crer que, uma vez vencida a guerra no Afeganistão, os EUA não desejam partilhar sua influência na estratégica região da Ásia Central.

²⁶ Os EUA possuem atualmente cerca de três mil homens estacionados no Quirguistão e mais 1000 homens no Uzbequistão, prontos para operarem a partir de bases aéreas. (Maynes, 2003).

uma área tradicional de influência russa. (Maynes, 2003). As palavras de Hirsh certamente expressam o pensamento do governo Bush:

“ Whether the world likes it or not, American power is now the linchpin of stability in every region, from Europe to Asia to the Persian Gulf to Latin America. It oversees the global system from unassailable heights, from space and from the seas. Since September 11, this is becoming true in long-neglected Central and South Asia as well.” (2002, p. 24).

A superpotência, todavia, ainda não estava satisfeita. Integrantes do governo Bush começaram a pressionar por um ataque ao Iraque logo após os atentados, concomitantemente à guerra contra o Afeganistão. Naquele momento, todavia, a medida foi rejeitada devido a objeção internacional que tal ação despertaria.

O objetivo, porém, não havia sido descartado. Os EUA haviam derrotado os Talibãs, mas a “guerra contra o terror” não havia acabado. Assim, se antes mesmo do 11 de setembro, as críticas de Washington aos estados considerados “párias” já existiam, após o sucesso da campanha afegã, elas intensificaram-se, sobretudo, em relação ao Iraque.

Mas como atacar o Iraque se os EUA já haviam “retaliado” o país (Afeganistão) que fornecia abrigo a rede terrorista Al-Qaeda de Osama Bin Laden? Como exercer o direito de legítima defesa contra o Iraque, se os iraquianos não haviam atacado os EUA, e nem tinham ligação com a rede terrorista Al-Qaeda?

Como previamente assinalado, o governo Bush já havia recorrido ao discurso da “guerra ao terror” para atacar o Afeganistão e, assim, estender a primazia norte-americana sobre a Ásia Central. Para ampliar seu poderio sobre o Oriente Médio, todavia, a administração republicana foi obrigada a forjar uma estratégia que pudesse justificar sua expansão na região, mais especificamente, no Iraque.

5.4. A Doutrina Bush e a Invasão do Oriente Médio

Após a Revolução Islâmica do Irã, em 1979, o Iraque havia se tornado um importante aliado dos Estados Unidos, uma peça-chave para conter o regime dos Aiatolás e impedir sua expansão pelo Golfo Pérsico. Por essa razão, Washington

não hesitou em auxiliar Saddam Hussein com dinheiro e recursos militares durante a guerra Irã-Iraque (1980-88).²⁷ Quando Saddam Hussein invadiu o Kuwait em 1990, o aliado havia se tornado o novo inimigo no Oriente Médio.

Ao longo da década seguinte, Saddam seria um dos principais problemas para a política externa americana. Durante a década de 1990, os EUA adotaram uma estratégia de contenção baseada em embargos econômicos, zonas de exclusão aérea e regimes de inspeções de armas. No governo de George W. Bush, entretanto, essa estratégia foi descartada. Os EUA já estavam posicionados em todas as regiões estratégicas do mundo: Europa, Leste Asiático e Ásia Central. Faltava apenas o Oriente Médio.

Nesse sentido, ao longo de todo o ano de 2002, o governo norte-americano começou a “exagerar”, por meio de discursos e documentos oficiais, o perigo representado pelo terrorismo, Estados párias e armas de destruição em massa.²⁸ Assim, se a conexão entre essa tríade já era um tema recorrente nos documentos e pronunciamentos oficiais ao longo dos anos 1990, o governo Bush deu um passo adiante e passou a utilizar essa combinação para justificar sua nova estratégia: a doutrina do ataque preventivo, também conhecida como Doutrina Bush.²⁹

²⁷ Vale ressaltar que, como o intuito era manter o equilíbrio de poder na região (pois um Iraque forte demais seria uma ameaça para a Arábia Saudita e para o Kuwait), os EUA também forneceram ajuda, por vias clandestinas, para os iranianos, trazidas à público em 1986 pelo escândalo Irã-Contras.

²⁸ Apesar de em 2000 Condoleezza Rice já alertar sobre os riscos representados pela tríade Irã, Iraque e Coreia do Norte; naquele momento, esses países não eram, de modo algum, considerados como a principal ameaça à segurança norte-americana. Da mesma forma, no discurso do “Estado da União”, de fevereiro de 2001, embora George W. Bush cite o perigo representado por regimes que intentam desenvolver armas de destruição em massa, ele o faz mais como uma justificativa para dar prosseguimento à construção do sistema de defesa antimísseis. (State of the Union, 2002). É, portanto, somente após o 11 de setembro que os EUA iniciam a radicalização do discurso contra os Estados párias, sobretudo, no que diz respeito ao Iraque. Desse modo, no pronunciamento do Estado da União de janeiro de 2002, Bush eleva o tom e relembra o trauma do 11 de setembro, a fim de causar nova sensação de insegurança na população. Ecoando Reagan, o presidente republicano inflama ao máximo a oratória contra os Estados párias, passando a associá-los cada vez mais ao terrorismo e às armas de destruição em massa – uma trípla ameaça que necessitava ser contida: “States like these, and their terrorist allies, constitute an axis of evil, arming to threaten the peace of the world [...] The United States of America will not permit the world's most dangerous regimes to threaten us with the world's most destructive weapons.” (State of the Union, 2002, p.3). No discurso de West Point, em junho de 2002, surgem enfim os primeiros esboços da Doutrina Bush, que acaba sendo apresentada formalmente em setembro do mesmo ano, no documento “Estratégia de Segurança Nacional” (National Security Strategy, em inglês.). No discurso do Estado da União de janeiro de 2003, por sua vez, fica claro que a decisão já estava tomada e os EUA invadiriam o Iraque, como o fizeram no dia 19 de março de 2003.

²⁹ Há um debate em curso na comunidade jurídica internacional acerca da legalidade dos ataques preventivos. Na verdade, há na língua inglesa, uma distinção entre “preemptive war” e “preventive war”. A primeira diz respeito há ataques realizados contra um inimigo que representa de fato uma ameaça “iminente” e, portanto, alguns especialistas o consideram legal. Já o segundo, refere-se

A idéia desta nova doutrina era a de que os EUA estavam lutando contra inimigos incertos e desconhecidos, portanto, a única forma de combatê-los seria ir até eles, ou seja, atacar os países que lhe concediam abrigo. Por isso, no pós-11 de setembro, Washington passou a arrogar a si o direito de atacar esses Estados preventivamente:

“Our challenge in this new century is a difficult one: to defend our nation against the unknown, the uncertain, the unseen, and the unexpected [...] defending the United States requires prevention and sometimes preemption [...] Defending against terrorism and other emerging threats requires that we take the war to the enemy.”(Rumsfeld, 2002, p. 23 e 31).

Assim, mediante documentos oficiais, discursos do presidente e artigos de seus principais conselheiros, a Doutrina Bush começou a ser exposta ao longo de 2002. Seus primeiros esboços apareceram no discurso do Presidente Bush proferido aos graduandos da academia militar de West Point, em junho de 2002. Mas é em setembro do mesmo ano que a nova orientação da política externa do governo republicano é consubstanciada num documento formulado pela Casa Branca, conhecido como “Estratégia de Segurança Nacional” (ESN).³⁰

Tanto do discurso em West Point quanto no ESN, o presidente americano ressaltou as mudanças no cenário internacional e afirmou que a principal ameaça não se apresentava mais sob a forma de um Estado fortemente armado, uma superpotência rival. No pós-Guerra Fria, terroristas ou Estados párias de posse de armas de destruição em massa e dos meios para utilizá-las representavam a principal ameaça à segurança dos EUA.

Vale lembrar que a Doutrina Clinton já havia classificado o terrorismo como uma das novas ameaças transnacionais à segurança dos EUA. Diferentemente de Bush, todavia, a mesma optou por lidar com esse problema por meio de uma

àqueles casos em que países atacam mesmo quando a ameaça não é “iminente”. Neste caso, o país que ataca transgredir o direito internacional. Quando se traduz para o português, essa distinção fica complicada, pois, na língua portuguesa, a palavra “preemptive” não tem ligação com seu similar em inglês. Por isso, geralmente, a palavra “preemptive” é traduzida para o português como “preventivo (a)”. De todo modo, utilizando-se qualquer definição, o ataque norte-americano ao Iraque vai de encontro ao direito internacional, pois é de conhecimento de todos que o Iraque não constituía uma ameaça “iminente” para os EUA. As armas de destruição em massa, ademais, nem foram encontradas. Para saber mais sobre guerra preventiva ou “preemptiva”, ver Anthony Clark Arend, "Anticipatory Self-Defense and International Law," American Society of International Law Briefing (live presentation), Washington, D.C., Aug. 2, 2002, <http://www.asil.org/briefing.htm#selfdefense>; ou Bruce Ackerman, "But What's the Legal Case for Preemption?" *Washington Post*, Aug. 18, 2002, republished at http://www.law.yale.edu/outside/html/Public_Affairs/282/yls_article.htm.

abordagem integrada de ações militares, diplomáticas e policiais. Esta opção foi rapidamente descartada por George Bush. Em seu governo, os EUA não iriam confiar em Estados párias, cujos ditadores não respeitam os tratados que assinam.(West Point, 2002).

Segundo o governo Bush, durante a Guerra Fria, a Destruição Mútua Garantida (MAD) pressupunha que a racionalidade dos decisores soviéticos levá-los-ia a concluir que as armas nucleares seriam utilizadas exclusivamente para fins defensivos. A dissuasão nuclear, todavia, simplesmente não surtiria qualquer efeito sobre os terroristas porque estes não exercem domínio sobre território sujeito à retaliação. Nesse contexto, a Doutrina da Contenção e seu “braço” militar, a dissuasão nuclear, não teriam mais eficácia:

“Enemies in the past needed great armies and great industrial capabilities to endanger America [...] With the collapse of the Soviet Union and the end of the Cold War, our security environment has undergone profound transformation [...] new deadly challenges have emerged from rogue states and terrorists [...] their determination to obtain destructive powers hitherto available only to the world’s stronges states, and the greater likelihood that they will use weapons of mass destruction against us, make today’s security environemnt more complex and dangerous.” (NSS, 2002, p.3 e 13).

Diante desse novo contexto, George Bush ressaltara que “novas ameaças requereriam um novo pensamento” para lidar com elas. Dispostos a morrerem como mártires, os guerreiros religiosos não são suscetíveis à dissuasão e, por isso, seria insensato e irresponsável permitir que tomassem a iniciativa de lançar ataques catastróficos. Em seu governo, portanto, a Doutrina - defensiva - da Contenção cederia espaço para uma estratégia ofensiva: a Doutrina Bush.

Segundo essa nova estratégia, os norte-americanos não aguardariam até serem atacados. O objetivo não era mais conter os “Estados Bandidos”, mas transformar seus regimes, em outras palavras, eliminá-los. Portanto, a superpotência atacaria o inimigo preventivamente, e unilateralmente se necessário:

“..we will not hesitate to act alone, if necessary, to exercise our right of selfdefense by acting preemptively agains such terrorists, to prevent them from doing harm against our people and our country [...] we recognize that our best defense is a goode offense [...] We make no distinction between terrorists and those who knowingly harbor or provide aid to them.” (NSS, 2002, p. 5).

³⁰ National Security Strategy (NSS), em inglês.

Segundo a professora Maria Regina Soares de Lima (2003), a mensagem transmitida pela Doutrina Bush era a de que terroristas não são racionais – logo, estratégias com base no cálculo não funcionam. Portanto, como a dissuasão não tem efetividade contra esses inimigos, o conceito que passa a valer é o da ação ofensiva.

Na realidade, embora o novo adversário dos EUA - o terrorismo - seja um conceito elástico, o que permite a Washington redefini-lo segundo seus interesses. Por trás desta elasticidade, o que está sendo proposto é um projeto de “primazia universal”, junto com a defesa de um novo direito exclusivo dos Estados Unidos: o direito de realizar ataques preventivos para mudança de regimes em países que protejam terroristas ou produzam armas de destruição em massa. Ou, o que é mais insólito, em países que os Estados Unidos considerem que alguma dia possam vir a produzir ou proteger armas e terroristas.

A estratégia da guerra preventiva, conseqüentemente, transforma a soberania num critério condicional. Os Estados que não forem capazes de cumprir com as obrigações que a soberania lhes confere, perderão o direito de possuí-la. Assim, os EUA reservam para si a autoridade de determinar em que momento os direitos de soberania serão revogados. As providências, por sua vez, seriam tomadas por antecipação. (Ikenberry, 2002).

Na verdade, os Estados Unidos sempre agiram dessa forma em relação aos países da América Latina. Ainda em 1904, Theodore Roosevelt já havia exposto, mediante o Corolário Roosevelt, que os Estados Unidos arrogavam a si o direito de intervir nos países da América Latina sempre que estes não apresentassem condições plenas de cumprir com suas obrigações de governo. Essa prática, por sua vez intensificara-se durante a Guerra Fria. No pós-Guerra Fria, a novidade é que os Estados Unidos passaram a exercitá-la globalmente.

Na administração de George W. Bush, os Estados Unidos “universalizaram” uma prática que foi exercida pelo país ao longo da Guerra Fria. Durante a contenda bipolar, as intervenções militares norte-americanas sobre os países da periferia do ocidente foram realizadas por diversos presidentes americanos sob a retórica da “contenção ao comunismo”.

Após os atentados de 11 de setembro, os Estados Unidos voltam a realizar intervenções militares. Embora a prática seja a mesma, a área de atuação norte-

americana não se restringe mais ao campo ocidental. Na nova ordem unipolar, onde não há um contraponto ao poderio da América, o raio de atuação da superpotência é global. Além disso, o discurso que visa a legitimar as ações norte-americanas altera-se. No pós-11 de setembro, a guerra dos Estados Unidos é contra o terror. Nesse sentido, as intervenções militares norte-americanas sobre a Ásia Central e sobre o Oriente Médio foram justificadas com base nesse argumento.

Cumprе salientar, que os atentados de 11 de setembro de fato provocaram uma grande mudança na agenda da política externa dos EUA. Como dito antes, o terrorismo, que antes era considerado apenas como mais uma das muitas ameaças transnacionais, passou a figurar como a principal ameaça à segurança dos Estados Unidos após os atos terroristas:

“It is also natural that the war on terrorism has become the United States' number one foreign policy priority. It will remain so for as long as necessary, because terrorism -- potentially linked to the proliferation of weapons of mass destruction (WMD) -- now represents the greatest threat to American lives.” (Powell, 2004, p.22).

Em contrapartida, não há como negar que tanto o discurso da “guerra contra o terror”, como a doutrina do ataque preventivo, serviram de instrumento para a expansão norte-americana no Oriente Médio. A Doutrina Bush, por sua vez, não foi uma resposta *ad hoc* aos ataques terroristas perpetrados pelo grupo de Osama Bin Laden, formulada em meio às circunstâncias dramáticas de uma crise.

A Doutrina Bush, na realidade, faz parte de um estilo “radical” de implementação da estratégia da Primazia, cujas bases foram lançadas pelo já citado DPG no início da década de 90, após o colapso soviético.³¹ Com efeito, tendo em vista a preservação da unipolaridade norte-americana, integrantes do primeiro governo Bush, os neoconservadores, defendiam o uso de todos os meios

³¹ Como já apontado, o governo Bush perdeu uma grande oportunidade de se reconciliar com outras potências no pós-11 de setembro. Em vez de “liderar” a luta contra o terrorismo – o que facilitaria a manutenção da unipolaridade dos EUA –, a administração republicana aproveitou o acontecimento do 11 de setembro para implementar um projeto radical de projeção de poder norte-americano sobre o Oriente Médio – projeto esse formulado pelos neoconservadores desde a elaboração do DPG, e que defendia o exercício de uma primazia explícita por parte dos Estados Unidos. De qualquer forma, a Doutrina Bush é considerada mais um instrumento na manutenção do mundo unipolar dos Estados Unidos, na medida em que para manter essa condição, a superpotência se propõe a impedir o surgimento de novos competidores – se necessário, pela via da guerra preventiva.

possíveis para conservar a primazia norte-americana. Um desses meios, era a realização de ataques preventivos contra Estados párias:

“... The U.S. may be faced with the question of whether to take military steps to prevent the development or use of weapons of mass destruction’, it states, noting that those steps could include pre-empting an impending attack with nuclear, chemical or biological weapons...” (The New York Times, 1992, p. 1).

O propósito de invadir o Iraque tampouco surgiu somente após os atentados de 11 de setembro: “Neo-cons had long been obsessed with the Middle East..” (The Economist, abril de 2003 p. 25). O ex-presidente do “Defense Policy Board”³², o neoconservador, Richard Perle, nunca escondeu sua intenção de invadir o Iraque desde a Guerra do Golfo. Em novembro de 2001, no jantar anual do Instituto de Pesquisa em Política Externa, Perle voltou a defender abertamente a invasão do Iraque:

“ If we destroy the Taliban in Afghanistan, and I’m confident we will, and we then go on to destroy the regime of Saddam Hussein, and we certainly could if we chose to do so, I think we would have an impressive case to make to the Syrians, the Somalis and others. We could deliver a short message, a two-word message: “You’re next. (Perle, 2001, p.5).

Igualmente, neoconservadores como o atual secretário adjunto de Defesa do governo Bush, Paul Wolfowitz, já acusava Saddam Hussein de ser um “perigo” à segurança norte-americana por tentar adquirir armas de destruição em massa, e criticava o governo Clinton por não fazer nada para responsabilizar o Iraque. Até mesmo o atual Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, que não é um neoconservador, assinou em 1998 uma carta enviada ao Presidente Bill Clinton, solicitando que o mesmo tornasse a remoção de Saddam Hussein e de seu regime o “objetivo da política externa norte-americana.” (The Economist, abril de 2003).

Assim, se com a volta dos neoconservadores ao poder em 2000, a expansão da hegemonia norte-americana sobre o Oriente Médio parecia mais próxima, os atentados de 11 de setembro tornaram-na uma realidade. Pode-se dizer que os ataques terroristas às torres gêmeas desempenharam o mesmo papel que a Guerra da Coreia em 1950, pois amedrontaram a população norte-americana e permitiram a expansão dos gastos militares e a projeção do poder norte-americano sobre a Oriente Médio: Como ressalta o neoconservador Robert Kagan:

³² É um grupo composto por especialistas em política externa que dá conselhos ao Secretário de Defesa sobre questões internacionais estratégicas para o país. Este grupo é constituído por grandes nomes como Henry Kissinger, James Slessinger, Newt Gingrich, entre outros.

“Assim como o ataque do Japão a Pearl Harbor [...] levou a um papel duradouro dos Estados Unidos no Leste asiático e na Europa, também o 11 de setembro [...] provavelmente produzirá uma duradoura presença militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico e na Ásia Central.”(2003, p. 97).

Os neoconservadores apregoavam que o terrorismo era uma consequência direta da ausência de regimes democráticos na maior parte dos países do Oriente Médio. Sendo assim, o combate ao terrorismo teria forçosamente de passar pela democratização da região. Largamente influenciada por esse grupo, a Casa Branca aceitou a tese das raízes políticas do terrorismo.

Nesse sentido, a partir dos ataques terroristas, administração Bush iniciou uma ofensiva propagandística com o intuito de vincular Saddam Hussein à rede terrorista Al-Qaeda e aos ataques de 11 de setembro ³³ Assim, se no discurso do Estado da União de 2002, Bush havia acoimado Irã, Iraque e Coreia do Norte de pertencerem ao “eixo do mal”. Num pronunciamento inflamado na mesma cerimônia um ano depois, em janeiro de 2003, o presidente americano deu um ultimato direto a Saddam Hussein e enviou uma mensagem clara ao mundo: a superpotência estava prestes a atacar o Iraque.³⁴

“ The world has waited 12 years for Iraq to disarm. America will not accept a serious and mounting threat to our country [...] Our nation and the world must learn the lessons of the Korean Peninsula and not allow an even greater threat to

³³ Para se ter uma idéia de como a invasão norte-americana no Iraque já estava planejada, logo após os atentados, o Secretário Adjunto de Defesa, o neoconservador Paul Wolfowitz, tentou convencer o Presidente Bush a atacar o Iraque. No entanto, naquele momento, outros integrantes do governo Bush foram contrários à idéia. Era preciso esperar um pouco mais. (The Economist, The shadow men, 2003). Além disso, um ou dois após o 11 de setembro, o New York Times e a série da PBS Frontline apresentaram desertores asseverando que Saddam Hussein tinha ligações não somente à Al-Qaeda e ao treinamento de terroristas em geral, mas também aos ataques ao WTC. (Hirsh, 2002).

³⁴ A seguir, seguem trechos do discurso do Estado da União proferido pelo presidente norte-americano em 2003, onde ele tenta, de qualquer forma, provar que Saddam Hussein tem ligação com armas de destruição em massa e com os terroristas da Al-Qaeda: Twelve years ago, Saddam Hussein faced the prospect of being the last casualty in a war he had started and lost. To spare himself, he agreed to disarm of all weapons of mass destruction. For the next 12 years, he systematically violated that agreement [...] The United Nations concluded in 1999 that Saddam Hussein had biological weapons sufficient to produce over 25,000 liters of anthrax -- enough doses to kill several million people. He hasn't accounted for that material. He's given no evidence that he has destroyed it [...] The United Nations concluded that Saddam Hussein had materials sufficient to produce more than 38,000 liters of botulinum toxin -- enough to subject millions of people to death by respiratory failure. He hadn't accounted for that material. He's given no evidence that he has destroyed it [...] U.S. intelligence indicates that Saddam Hussein had upwards of 30,000 munitions capable of delivering chemical agents [...] The British government has learned that Saddam Hussein recently sought significant quantities of uranium from Africa [...] Evidence from intelligence sources, secret communications, and statements by people now in custody reveal that Saddam Hussein aids and protects terrorists, including members of al Qaeda [...] If Saddam Hussein does not fully disarm, for the safety of our people and for the peace of the world, we will lead a coalition to disarm him. (State of the Union, 2003, p. 7-9).

rise up in Iraq. A brutal dictator, with a history of reckless aggression, with ties to terrorism, with great potential wealth, will not be permitted to dominate a vital region and threaten the United States.” (State of the Union, 2003, p. 9).

Recorrendo ao argumento de que o Iraque possuía armas de destruição em massa e que, portanto, representava um perigo à segurança norte-americana, Washington pôs em prática a estratégia do ataque preventivo. Assim, em março de 2003, sob protestos da comunidade internacional e das outras potências com assento no Conselho de Segurança da ONU, o Estados Unidos atacaram o Iraque unilateralmente.

Não há dúvida de que o governo Bush aproveitou os acontecimentos de 11 de setembro para “tirar do papel” a estratégia da guerra preventiva. Em dez anos, este conceito percorreu um longo caminho. De uma afirmação controversa num documento secreto do Pentágono, agora se tornou um item fundamental do discurso público sobre a política externa americana.

Esta nova doutrina, por sua vez, foi instrumental para permitir a expansão de bases militares norte-americanas sobre o Oriente Médio. Esta, além de ser uma área extremamente rica em recursos naturais - petróleo -, é também uma região de grande importância do ponto de vista estratégico. Assim, ao posicionar bases militares no Iraque, no Afeganistão, no Paquistão e em outros países da Ásia Central, os EUA, além de cercarem o Irã, desestimulam qualquer pretensão da Índia ou da China de se expandirem em direção ao oeste. Ao mesmo tempo, impedem que os russos tentem projetar seu poder pelo sul.

Assim, com a ocupação do Iraque, a superpotência projetara seu poder sobre praticamente todas as regiões estratégicas do globo, inibindo, assim, qualquer tentativa de contestação da ordem unipolar: “The Bush doctrine has been used to justify a new assertiveness abroad unprecedented since the early days of the Cold War -- amounting nearly to the declaration of American hegemony -- and it has redefined U.S. relationships around the world.” (Hirsh, 2002, p.22).

As opiniões de analistas dividem-se em relação aos motivos que levaram os EUA a ocuparem Iraque. Muitos afirmam que, com a ocupação, os norte-americanos poderiam retirar as tropas da Arábia Saudita – como ocorreu após a guerra – diminuindo sua dependência em relação aquele país. Outros sustentam que, a partir do Iraque, os EUA poderiam pressionar facilmente o Irã, uma vez que

esse país estaria cercado entre o próprio Iraque e o Afeganistão.³⁵

Porém, as maiores apostas dizem respeito ao petróleo. Com jazidas de petróleo comprovadas que somam 115 milhões de barris - e estimativas de pelo menos a mesma quantidade em reservas não confirmadas - e concentrando 25% das reservas mundiais desta *commodity*, muitos analistas afirmam que controlar o suprimento de energia do qual depende a economia mundial seria um grande passo na direção do objetivo norte-americano de preservar sua unipolaridade.

Immanuel Todd (2003) faz uma análise interessante sobre esta questão. De acordo com o francês, se os EUA continuarem o ritmo atual de exploração de petróleo, as reservas americanas estarão esgotadas em 2010. Isso porque, em 1973, os Estados Unidos produziam diariamente 9,2 milhões de barris e importavam 3,2 milhões, ao passo que, em 1999, os norte-americanos produziam 5,9 e importavam 8,6 milhões. Por esse raciocínio, não haveria dúvida de que a invasão do Iraque estaria assentada no controle do petróleo.

Para Todd, no entanto, esse temor de insuficiência do abastecimento de petróleo não deveria acarretar numa fixação no Oriente Médio, uma vez que os países que abastecem a América de energia estão muito bem espalhados pelo mundo – metade das importações americanas de petróleo provém de países do Novo Mundo como México, Canadá e Venezuela. As quantidades provenientes desses países somadas à produção norte-americana representam 70% do consumo dos Estados Unidos. Sendo que os países do Golfo Pérsico fornecem apenas 18% do consumo americano.

Portanto, a seu ver, o que os EUA buscam controlar não se trata da própria energia. A superpotência quer controlar a energia do mundo, “mais especificamente a dos dois pólos industrialmente produtivos e superavitários da tríade, a Europa e o Japão. Aqui, a ação americana pode efetivamente mostrar-se imperial” (2003, p.166).

Independentemente das diferentes razões apresentadas para justificar a invasão norte-americana ao Iraque, a única coisa de que se tem certeza é que o verdadeiro motivo que levou os EUA a invadirem o Iraque não foi o terrorismo, muito menos as armas de destruição em massa. Pois, como se sabe, as supostas armas de destruição em massa, pertencentes ao governo iraquiano, não foram

³⁵ A Síria também, uma vez que o Iraque faz fronteira com esse país.

encontradas. E os EUA, tampouco, foram capazes de provar a suposta ligação de Saddam com a rede terrorista Al-Qaeda de Osama Bin Laden. Até mesmo a ex-Secretária de Estado dos EUA, Madeline Albright reconhece isso.³⁶

“ I personally felt the war was justified on the basis of Saddam's decade-long refusal to comply with UN Security Council resolutions on WMD. But the administration's claim that Saddam posed an imminent threat was poorly supported, as was its claim of his alleged connections to al Qaeda [...] The problem is that President Bush has reframed his initial question. Instead of simply asking others to oppose al Qaeda, he now asks them to oppose al Qaeda, support the invasion of an Arab country, and endorse the doctrine of preemption -- all as part of a single package. ” (2003, p. 12).

Em contrapartida, é evidente que não se pode esquecer o fato de que, da mesma forma que a expansão soviética em direção ao leste europeu no pós-Segunda Guerra exigiu que os EUA tomassem alguma medida para impedi-la, os ataques terroristas de 11 de setembro - além de repugnáveis - também demandavam alguma ação por parte de Washington.

Não obstante, se a preocupação dos EUA fosse realmente a ameaça representada por Estados párias em posse de armas de destruição em massa, Washington deveria ter invadido a Coreia de Norte, posto que este país tem declarado abertamente possuir armas de destruição em massa, e frequentemente tem utilizado uma retórica inflamada contra Washington.³⁷ Como salienta Joseph Nye :

“...isn't it bizarre that they chose Iraq first rather than North Korea, which, in terms of the way the strategy is written, is a clear and present danger and an imminent threat? And we now know that Iraq, nasty as it was, and there may be good causes to use force to prevent Saddam getting weapons of mass destruction, was nowhere near as imminent a threat as North Korea.” (2003, p. 6).

Ora, na acepção de Washington, os Estados párias são entidades políticas que vitimam suas populações, ameaçam os seus vizinhos, desrespeitam o direito e as normas internacionais, apóiam o terrorismo, empenham-se em adquirir armas de destruição em massa para fins ofensivos. Então, como explicar a relação dos EUA com o mais novo aliado na Ásia Central, o Paquistão, o qual se encaixa

³⁶ Além disso, como apontado anteriormente, a intenção de atacar o Iraque é anterior aos atentados terroristas.

³⁷ É importante lembrar que, ao mesmo tempo em que os EUA preparavam-se para invadir o Iraque, a Coreia do Norte denunciou Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) (The Economist, Emperor, shedding clothes? 2003). Em contrapartida, cumpre salientar que, embora a Coreia do Norte também seja considerada um Estado pária segundo a definição da administração

perfeitamente na definição de Estado pária.³⁸ Existiria, portanto, dois pesos e duas medidas para classificar os Estados párias? É possível então fazer a distinção entre os Estados párias do “bem” e os do “mal”?

Na realidade, o combate contra a tirania de Saddam teve, desde o início, argumentos que serviram como apoio moralmente débil em um mundo onde outras tiranias são sustentadas pelos mesmos que apelam para a liberdade do povo iraquiano como justificativa para ocupação. De acordo com Michael Igantieff (2002), o discurso público americano sempre foi o a defesa da democracia e da liberdade. Contudo, historicamente, a estabilidade dos países tem sido mais importante para a política externa norte-americana do que a democracia.

Essa dissonância entre a retórica e a prática, por sua vez, não é novidade na diplomacia praticada por Washington. Os EUA agiam assim na Guerra Fria, e continuam a fazê-lo no pós-Guerra Fria. A diferença está no fato de que, durante o confronto bipolar, os “dois pesos duas medidas” da política externa norte-americana eram utilizados no combate à União Soviética. No pós-bipolaridade, essa mesma prática tem sido empreendida com o propósito de preservar a unipolaridade dos Estados Unidos.

Nesse sentido, a falta de coerência entre a retórica norte-americana e a prática só comprova o que já foi dito. O discurso da “guerra contra o terror” e a estratégia da guerra preventiva têm servido de instrumento para legitimar a consolidação da primazia dos EUA sobre a Ásia Central e sobre o Oriente Médio. Como ironiza Emmanuel Todd: “ Com a guerra contra o Afeganistão e o Iraque, Bush deu a entender ao mundo que qualquer país que não disponha de uma defesa aérea eficaz, ou mesmo de uma capacidade de dissuasão nuclear, está à mercê do terror proveniente do céu.” (2003, p. 16).

Nesse contexto, o mundo da paz de Vestfália, que erigiu o Estado como garantidor da paz interna e agente da guerra externa já não fornece uma base para

republicana, o poder dissuasório deste país inibe a tentativa de um ataque preventivo por parte de Washington. (Lima, 2003).

³⁸ Segundo Olivier Roy, o Paquistão – e não o Irã – é a nova base da Al Qaeda, mas os EUA têm especial interesse em desativar a influência iraniana no Oriente Médio, verdadeiro centro da situação geopolítica atual. Assim se explica que este país integre a lista do eixo do mal – desde a época de Clinton – no lugar do Paquistão. Mais informações, ver em Roy, Olivier. *Las Ilusiones Del 11 de septiembre. El debate estratégico frente al terrorismo*. Buenos Aires: FCE. 2003, trad. V. Goldstein, p. 21 e 56. O Presidente Bush, por sua vez, não parece concordar, pois segundo o mesmo: “Pakistan is now cracking down on terror, and I admire the strong leadership of President Musharraf.” (State of the Union, 2002).

analisar a situação atual na qual um só agente, os EUA, apresenta-se como defensor da lei e da ordem, mesmo contra a lei do Direito Internacional. Essa questão torna-se ainda mais complexa na medida em que a superpotência não conseguiu arregimentar um consenso internacional para invadir o Iraque, mas conseguiu internamente.³⁹

Assim, num mundo onde os Estados Unidos reinam sozinhos, sem contrapeso algum, o apoio doméstico tem sido suficiente para que a superpotência aja segundo seus interesses. O conceito de “legitimidade” para os EUA parece diferir daquele entendido pela comunidade internacional. No pós-Guerra Fria, portanto, para Washington, as ações na seara internacional serão legítimas a partir do momento em que receberem a aprovação interna da população. É esta que importa aos presidentes norte-americanos. E, diga-se de passagem, que conseguir aprovação doméstica nos EUA não é muito difícil. Ainda mais quando o governo, mediante os mais variados meios de comunicação, põe em prática um processo de “amedrontamento” da população. A aprovação da comunidade internacional, por sua vez, fica em segundo plano...quando fica.

Segundo Perry Anderson (2002), o cidadão norte-americano que não vota é justamente o sustentador ideal desse intervencionismo, o cliente satisfeito com a política de segurança dos Estados Unidos. Nesse contexto, o que atormenta a todos é o fato de que, em muitas questões de relevância mundial, as decisões dependam da aprovação de “caipiras” do meio-oeste americano.

Em contrapartida, é importante ressaltar que muitas ações do governo Bush, entre elas a Guerra do Iraque, tem mobilizado um grande espectro opositor em todo o mundo,⁴⁰ e essa foi uma das suas características distintivas em relação ao governo Clinton. Este também havia enfurecido países aliados com atos unilaterais. Contudo, de uma forma geral, a execução da estratégia da Primazia pela administração democrata via poder brando fora eficaz na dissimulação da unipolaridade norte-americana.

³⁹ Seja pelas razões oficiais apresentadas pelo governo Bush, seja pelas motivações indicadas pelos especialistas, o Congresso americano foi rápido em conceder autorização ao Executivo para usar a força com relação ao Iraque, o que ocorreu em outubro de 2002.

⁴⁰ Mesmo depois da guerra continuam acontecendo grandes manifestações de oposição, como a de Londres durante a visita do presidente Bush ao seu principal aliado, Tony Blair, em novembro de 2003.

Além disso, ao longo dos anos 90, os Europeus precisaram dos Estados Unidos para resolverem as principais ameaças à segurança regional, nomeadamente as duas guerras balcânicas. Durante este período, os europeus receavam mais um possível regresso de Washington a uma política isolacionista, do que os perigos associados com um sistema unipolar.

O “extremismo” com o qual George Bush vem conduzindo a estratégia da Primazia, por sua vez, tem despertado reações por parte das “potências menores”. Com efeito, após a invasão do Afeganistão e a guerra preventiva contra o Iraque, os europeus já não podiam fugir à questão da unipolaridade. À exceção das habituais proclamações de franceses contra a hegemonia americana, o tema nunca havia sido verdadeiramente discutido até ao final da década de 90.

A mini-cimeira realizada em Bruxelas, em de Abril de 2003, entre a França, a Alemanha, a Bélgica e o Luxemburgo, sobre a defesa europeia, constitui um bom exemplo. Uma das propostas discutidas em Bruxelas foi a construção de um quartel-general separado da Otan, o que poderia ser o primeiro passo em direção à formação de uma política de defesa europeia em oposição à Aliança Atlântica.

Normalmente, a Alemanha sempre procurou evitar crises entre Paris e Washington, mas em último caso, nas questões de segurança, acabava por estar ao lado dos Estados Unidos. No pós-Iraque isso não aconteceu. Desde o início de 2003, a Alemanha tem privilegiado mais a sua relação bilateral com a França do que a sua tradicional função conciliadora. Mastanduno (1997) já alertara que, quanto mais a superpotência age de forma arrogante ou provocativa, maior será a probabilidade de que outros estados busquem equilibrá-la.⁴¹

O Presidente George W. Bush, de seu lado, parece não se preocupar muito com a possibilidade de que outras potências busquem equilibrar o poderio norte-

⁴¹ É claro que esse equilíbrio, se de fato ocorrer, só virá no longo prazo. A “relação especial” da Inglaterra (desde a Crise de Suez em 1956) com os EUA certamente será um obstáculo nesse caminho. Além disso, a invasão do Iraque mostrou as diferenças de posição que ainda existem dentro da União Europeia no que diz respeito ao relacionamento com os EUA. Não só países como Inglaterra, Holanda, Espanha, Portugal e Dinamarca posicionaram-se a favor dos EUA, como os novos membros da UE registraram seu apoio aos EUA quando assinaram a chamada Carta dos Oito. Alemanha e França, por sua vez, lideraram o campo dos países que foram contrários à guerra. Para se ter uma idéia de como essa questão elevou os ânimos no âmbito da EU, irritado com o apoio à guerra concedido pelos novos membros, em fevereiro de 2003, o presidente francês, Jacques Chirac chegou a dizer que os novos membros fariam o melhor se ficassem calados sobre a Guerra do Iraque. De fato, não há como negar o poder de atração da superpotência. Em situações como essas, certamente haverá muitos *band-wagons*, seduzidos pelo poder de Washington. Não obstante, se os próximos presidentes americanos se portarem como George Bush, certamente aumentarão as resistências às políticas unilaterais de Washington.

americano. Até porque, os elevados gastos militares de seu governo tornam tal possibilidade pouco provável no curto prazo. Não obstante, como Max Weber já dizia, ter somente o “poder cru” não basta para governar. É preciso transformar este poder em “autoridade legítima”.

Segundo Huntington, é justamente este o problema da atual administração Bush: “At present, the US has the power but, in the eyes of most of the world, it lacks the legitimacy.” (2004, p.38). Para o autor, o grande problema que a comunidade global enfrenta atualmente é encontrar uma maneira de “unir” ambos: hegemonia norte-americana e legitimidade internacional. Pois, consoante Huntington, o exercício do poder sem legitimidade tem efeitos deletérios no longo prazo. Na realidade, isso já parece estar acontecendo, pois segundo Hirsh: “Whether or not the United States now views itself as an empire, for many foreigners it increasingly looks, walks, and talks like one, and they respond to Washington accordingly.” (Hirsh, 2002, p.19)

Em suma, os atentados de 11 de setembro possibilitaram ao governo Bush pôr em prática uma tática radical de operacionalização da estratégia da Primazia. Sob a retórica da guerra contra o terrorismo, os Estados Unidos utilizaram a estratégia da guerra preventiva para invadir o Iraque e ampliar seu poder mundial sobre o Oriente Médio.

Assim, ao projetar seu poder sobre todas as regiões estratégicas do mundo, a superpotência desestimula qualquer tentativa de contestação de seu mundo unipolar. O modo pelo qual o governo Bush vem implementando a estratégia da Primazia, no entanto, tem levado a comunidade internacional a questionar a unipolaridade norte-americana. Na administração de George Bush, o lado “maligno” da hegemonia norte-americana tem ficado mais patente do que seu lado “benigno”.

5.5. Conclusão

O governo de George W. Bush deve ser analisado a partir em dois momentos distintos: antes e após os atentados de 11 de Setembro de 2001. Assim, num primeiro momento - de janeiro a setembro de 2001 -, a administração

republicana executou uma política externa excessivamente unilateral, dispensando discursos retóricos para “acobertar” hegemonia norte-americana. Na visão republicana, os interesses dos EUA seriam mais bem atendidos à medida que o país abandonasse as restrições impostas por acordos e instituições internacionais.

A “dose extra” de unilateralismo e a falta de disposição para agir como nação indispensável, intermediando conflitos de fato são marcas da administração Bush. No entanto, vale lembrar que, nos momentos em que a superpotência “considera necessário” agir unilateralmente ou empregar a força para preservar seu “momento unipolar”, a política externa empreendida pelo presidente republicano não se distancia muito daquela executada pelo governo democrata anterior. Como aponta Simes:

“Those who criticize the Bush administration for introducing a heavy-handed and unilateral foreign policy miss the mark. There is considerably more continuity between Clinton's interventionism and the current administration's foreign policy than meets the eye.” (2003, p. 92).

Os atentados terroristas de 11 de setembro, por sua vez, supriram uma necessidade da política externa norte-americana: um inimigo real combater. Assim, os ataques às torres gêmeas forneceram ao governo Bush a oportunidade de pôr em prática um projeto agressivo de expansão da hegemonia norte-americana. Washington passa a recorrer ao discurso da “guerra contra o terror” para justificar a expansão sobre regiões estratégicas do mundo, como a Ásia Central e o Oriente Médio, nas quais o país ainda não possuía bases militares.

Após a invasão do Afeganistão e a guerra preventiva contra o Iraque, todavia, o mundo já não podia fugir à questão da unipolaridade norte-americana. A maneira pela qual o governo Bush tem implementado a estratégia da Primazia, sobretudo após o 11 de setembro, tem preocupado a comunidade internacional. Assim, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos consolidam sua *Pax* sobre praticamente todas as regiões estratégicas do globo, a insegurança mundial cresce entre os Estados. Nas palavras de Samuel Huntington: “While the United States regularly denounces various countries as ‘rogue states,’ in the eyes of many countries it is becoming the rogue superpower.” (2002, 590).